

***JESUÍTA PRESBITERO:
ANOMALIA OU PROFECIA?
EM BUSCA DOS ELEMENTOS TEOLÓGICOS
DO MINISTÉRIO ORDENADO NA COMPANHIA DE JESUS***

Sandro dos Santos Gomes SJ

Introdução

O presente trabalho parte da constatação que a “virada eclesiológica” do Vaticano II, ao resgatar a tradição do Ministério Ordenado dos primórdios da Igreja, acabou por ignorar a tradição eclesial do religioso presbítero e impôs um modelo único de exercício do presbiterado, o diocesano.

Se a tradição do religioso presbítero não é tão antiga quanto àquela presente na liturgia e na reflexão teológica da Patrística, é pelo menos tão consistente quanto; a vida da Igreja a partir do século XIII não pode ser entendida fora da atuação dos religiosos presbíteros.

Na Companhia de Jesus, as jovens gerações pós-conciliares de jesuítas vêm gradualmente sendo influenciadas por essa concepção do Ministério Ordenado apresentado pelo Vaticano II. Não por acaso, o período que antecede as ordenações é vivido por alguns jesuítas com certa ansiedade e dúvida, pois ao longo da formação a ênfase foi dada na capacitação para a diversidade de trabalhos e atividades que correspondem à missão da Companhia

e na aquisição daquilo a que chamamos “nosso modo de proceder”, e não no desenvolvimento de um “*ethos* sacerdotal” ou de um “senso de pastoreio” muito comuns na formação diocesana em geral.

Como outros institutos de vida consagrada presbiteral, a Companhia possui um modo próprio de exercer o ministério presbiteral que não se confunde com o modelo diocesano e que difere (ou deveria) nos tipos de trabalhos e atividades que lhe são característicos. Para entendermos melhor a natureza do ministério presbiteral na Companhia é mister olharmos para o modo como ele era exercido pelos primeiros jesuítas e qual significado e finalidade eles lhe davam.

O objetivo do nosso trabalho é encontrar os elementos teológicos fundamentais do presbiterado na Companhia de Jesus e sua identidade eclesial a partir das genuínas fontes jesuítas.

A relevância do tema é evidente. Sem uma identidade eclesial construída a partir dos seus elementos teológicos fundamentais, o Ministério Ordenado na Companhia está condenado a ser uma anomalia vagando ao sabor de modismos eclesiais e reducionismos teológicos, fazendo ninho em casa alheia e abandonando a dimensão profética que desde os Primeiros companheiros o caracterizou.

1. O Ministério Ordenado na Companhia de Jesus no pós-Concílio

1.1 Ministério Ordenado e Vida Consagrada no pós-Concílio: reconfigurações

O Concílio Vaticano II buscou renovar a vida eclesial retornando às fontes e às tradições mais antigas da Igreja. Esse retorno atingiu também o Ministério Ordenado e a Vida Consagrada.

A pesquisa e reflexão teológica acerca do Ministério Ordenado e da Vida Consagrada foram intensos no período pós-conciliar¹. No que diz respeito

¹ Para uma breve síntese da reflexão teológica acerca do Ministério Ordenado no período pós-conciliar, cf. R. ZAS-FRIZ, “Ministerio ordenado y vida consagrada”, *Manresa* v. 74, n. 293 (2002) 371-400. Para uma análise detalhada sobre o desenvolvimento do Ministério Ordenado ao longo da história da Igreja e suas vicissitudes, cf. R. ARNAU-GARCÍA, *Orden y ministerios*, 2ª ed., Madrid: Editorial Católica, 2001. Um excelente estudo recente sobre a identidade do presbítero diocesano é F. VÁSQUEZ HERNÁNDEZ, “Elementos eclesiológico-pastorales que apuntam a una identidad propia del presbítero diocesano”, *Medellín* v. 30, n. 119/ 120 (2004) 423-474. Para uma

ao Ministério Ordenado, houve uma grande mudança conceitual na reflexão teológica impulsionada pelo giro eclesiológico realizado pelo Concílio: o sujeito da ação ministerial não é mais o sacerdote, mas a Igreja. Conceitos como “sacerdote”, “sacerdócio”, “hierarquia” foram substituídos pelos de “presbíteros”, “ministério ordenado”, “presbitério” sendo esses entendidos dentro de um novo campo semântico demarcado pelos conceitos de “diaconia”, “serviço”, “missão”, “Igreja particular”, “comunidade”, “comunhão”, “carisma”, etc.

A reflexão teológica e o Magistério se dedicaram a precisar o estatuto eclesial dos diversos grupos que compõem a Igreja, mas não dedicaram atenção à situação do religioso presbítero, que corresponde a um terço do total de presbíteros hoje no mundo². Não por acaso, são os institutos de vida consagrada presbiteral os que experimentam atualmente uma forte crise de identidade nesse novo ambiente eclesial instaurado pelas reformas conciliares.

Uma das prováveis causas dessa crise desses institutos não é apenas a ausência de uma reflexão teológica sobre a identidade e missão do religioso presbítero, mas a concepção reinante de que existe apenas um único modelo de exercício do ministério presbiteral, o diocesano. Tal concepção vigente está inserida sub-repticiamente nos discursos e práticas eclesiais, até mesmo no interior das casas de formação dos institutos de vida consagrada presbiteral. Como diz Rossano Zas-Friz:

Hoje em dia se tem a impressão que há um único tipo de presbítero, o diocesano. Pareceria que o presbítero de vida consagrada e seu instituto se têm que modelar ante esse *arquétipo*. A nascente espiritualidade diocesana centrada na caridade pastoral e a recente teologia da Igreja local assinalam o rumo por onde a reflexão teológica sobre o presbítero há de ir, como se fosse o único caminho possível³.

A dificuldade para se entender teologicamente a especificidade do Ministério Ordenado do religioso presbítero, e mesmo constatá-la, é compreensível. O aparecimento da figura do religioso presbítero como tal se deu no século XIII com as ordens mendicantes, ou seja, em um tempo muito posterior ao período da Patrística, quando se refletiu e se constituiu a tradição acerca do

teologia contemporânea do Ministério Ordenado, cf. F. TABORDA, “O ministério na Igreja; uma perspectiva católica”, *Revista Eclesiástica Brasileira* v. 62, n. 247 (2002) 548-575 E para uma abrangente e pormenorizada história da Vida Consagrada, cf. J. ÁLVAREZ GÓMEZ, *Historia de la vida religiosa*. Madrid: Publicaciones Claretianas, 1990. 3 v.

² Segundo os dados do Anuário Pontifício de 2006, divulgado em 18 de fevereiro, em 2004 havia um total de 405.891 presbíteros na Igreja, dos quais um terço era de religiosos e os restantes dois terços de diocesanos. Cf. o sítio da Agência de notícias ZENIT. <<http://www.zenit.org/portuguese/>>. Acesso em: 1 de março de 2006.

³ ZAS-FRIZ, *art. cit.*, p. 371.

Ministério Ordenado na Igreja. Portanto, o recurso à *lex orandi, lex credendi* não responde ao problema da identidade do religioso presbítero, pois a prece utilizada para a ordenação presbiteral faz menção apenas do presbítero como cooperador do episcopado, isto é, como membro do presbitério e auxiliar do bispo para o governo da comunidade, o que somente justifica a existência do presbiterado diocesano e põe em xeque a particularidade do ministério presbiteral próprio do religioso presbítero.

Em um ensaio recente, o teólogo Taborda procurou fazer frente a essa concepção de modelo único de presbiterado presente na reflexão da teologia do Ministério Ordenado, buscando justificar a existência e a especificidade do ministério do religioso presbítero partindo das conclusões das pesquisas feitas por O'Malley⁴. Enquanto este situa a existência concreta de um modo diverso de exercício do presbiterado no século XIII, Taborda aponta para os primórdios do cristianismo nascente, constatando a existência de três modelos diferentes de presbiterado: o local, o profético-itinerante e o martirial⁵. Taborda vê no segundo modelo, exercido por profetas e doutores itinerantes, calcado na pregação da Palavra com o intuito de animar a comunidade “à conversão permanente e à renovação da vida cristã” e sem vínculo com o bispo e seu presbitério, o protótipo do ministério presbiteral surgido com as ordens mendicantes no século XIII, e que ganhará novo impulso no século XVI com o nascimento das ordens de clérigos regulares (teatinos, barnabitas, somascos, etc.) e com a Companhia de Jesus, para acabar sendo posto no ostracismo pela nivelação perpetrada pelo Vaticano II, que ignorou a diferença entre presbítero diocesano e religioso presbítero; diferença que é muito mais do que uma questão de espiritualidade distinta ou de estilo de vida. Ela consiste em uma diferença intrínseca irreduzível: “uma concepção diferente de ministério”. Assim, na história da Igreja sempre houve, com alguns momentos de ocaso, dois tipos de ministério presbiteral, que significavam na prática coisas muito distintas⁶.

Segundo Zas-Friz, ao qual devemos boa parte das reflexões desse capítulo, a falta de uma caracterização da identidade do religioso presbítero pode ter conseqüências funestas para a Vida Consagrada. Para ele a perda de identidade pode levar a uma paralisia da dimensão profética da Vida Consagrada, como resultado do processo de “diocesanização” dos ministérios dos religiosos presbíteros⁷.

⁴ F. TABORDA, “O religioso presbítero: uma questão disputada; reflexão teológica a partir da tradição jesuítica”, *Perspectiva Teológica* v. 31, n. 85 (1999) 363-382; J.W. O'MALLEY, “Priesthood, ministry and religious life: some historical and historiographical considerations”, *Theological Studies* v. 49, n. 2 (1988) 223-257.

⁵ TABORDA, “O religioso presbítero”, *art. cit.*, p. 375.

⁶ Cf. O'MALLEY, *art. cit.*, p. 256.

⁷ Cf. ZAS-FRIZ, *art. cit.*, p. 398.

Zas-Friz ainda acrescenta a sua preocupação:

Todavia, é evidente que o religioso presbítero contribui com algo próprio no exercício de seu MO (seu carisma), mas esta especificidade “carismática” não deveria considerar-se a única origem da diferença com o presbítero diocesano, mas também o tipo de ministério que desempenha. Na medida em que a diferença *laboral* entre diocesanos e religiosos se esfuma, como ocorre na pastoral paroquial, é lógico que se opere uma tendência à uniformização *diocesana* do exercício do MO. Por isso, a assunção do trabalho paroquial, por legítimo e justificado que seja nas constituições dos diferentes institutos, representa, ao menos, uma crise de imagem, senão de identidade⁸.

A conclusão de Zas-Friz é que se faz necessário elaborar uma teologia do Ministério Ordenado exercido pelo religioso presbítero. O caminho para tanto, já indicado pelos estudos citados por Zas-Friz em seu artigo, é o de recuperar a memória histórica de cada instituto de vida consagrada presbiteral, buscando acompanhar o exercício do ministério presbiteral desde os inícios do instituto até hoje, percebendo concretamente seus traços característicos e refletindo sobre eles⁹.

No caso da Companhia de Jesus, seu governo, por meio das últimas Congregações Gerais e pelos recentes Padres Gerais, procurou lidar com a questão da identidade presbiteral do jesuíta, mas nem sempre com bons resultados. É o que veremos na próxima seção.

1.2. O Ministério Ordenado na Companhia de Jesus: entre caminhos e descaminhos

A Companhia de Jesus, seguindo o convite do Concílio à vida religiosa, procurou retornar às suas fontes. Muito se renovou da vida do Instituto com a redescoberta de sua espiritualidade e intuições originais de seu fundador, Inácio de Loyola, mas assim como ocorreu com todos os institutos de vida consagrada presbiteral, a Companhia se viu enclausurada dentro do esquema único de interpretação do exercício do Ministério Ordenado, o diocesano.

Não tardou a que esse esquema único de interpretação do exercício do presbiterado criasse confusão no interior da Companhia. Nascida mais da preocupação dos jovens jesuítas às vésperas de receberem as ordens do que da reflexão teológica, o questionamento acerca do modo de ser presbítero na Companhia suscitou (e ainda suscita) amplo debate, nem sempre tranqüilo e levando em consideração a tradição da Companhia e seus ministérios próprios.

⁸ ZAS-FRIZ, *art. cit.*, pp. 398-399.

⁹ *Ibid.*, p. 398.

Certa bibliografia acerca do tema foi revisada em recente artigo por Rossano Zas-Friz¹⁰. Nessa bibliografia sobre o tema do Ministério Ordenado na Companhia, é visível a preocupação por entender qual a identidade própria do jesuíta presbítero em face aos questionamentos das novas gerações de jesuítas que entraram na Companhia no pós-Concílio¹¹.

O mesmo autor coloca qual o problema subjacente à busca pela identidade do ministério presbiteral próprio do jesuíta:

Quando no n. 18 do documento da CG 34 se disse que o jesuíta não pertence ao clero diocesano, no fundo se está fazendo alusão a toda a problemática pós-conciliar de identificação do MO com o exercício diocesano do dito ministério. Por esta razão os jovens jesuítas se sentem desorientados quando se aproximam à ordenação. O modelo de presbítero que propõe, querendo ou não querendo, a doutrina conciliar, mesmo os cursos teológicos de sacramento da ordem, o ambiente imperante, tudo favorece e sublinha a visão diocesana do MO. Por que, pois, surpreender-se que um jovem jesuíta não se sente sacerdote se deve ser professor em um colégio ou em uma universidade? Não é normal que se pergunte, sob o influxo de tal ambiente, que sentido tem sua ordenação quando não está em contato direto com uma comunidade paroquial de fiéis? Na realidade, o estilo diocesano-paroquial de exercer o MO ocupa o imaginário do povo cristão e, logicamente, o dos jovens jesuítas, pois eles se imaginam para si mesmos de modo espontâneo um estilo diocesano de exercício do MO, isto é, um MO vinculado a uma comunidade organizada de fiéis (paróquia).¹²

E o que dizer então da América Latina, especialmente do Brasil, onde a maioria dos religiosos presbíteros está quase totalmente circunscrita ao trabalho paroquial? Mesmo a Companhia possui um número considerável de paróquias. Provavelmente, somente nos lugares onde a Companhia possui uma forte atuação nos seus trabalhos tradicionais (educação em nível médio e superior, espiritualidade, juventude, social, etc.) é que se pode sentir mais agudamente esse problema do modelo único de presbiterado.

Ao olharmos para o modo como o governo da Companhia no período pós-conciliar tratou da questão do Ministério Ordenado não ficamos menos aturdidos. As Congregações Gerais e os pronunciamentos dos Padres Gerais atestam a dificuldade em situar a especificidade do presbiterado da Companhia diante do modelo imposto pelo Concílio. A Congregação Geral 32, graças à intervenção do papa Paulo VI, introduziu uma dissociação entre o “religioso”, o “sacerdotal” e o “apostólico” que somente acentua a confusão para uma compreensão adequada do Ministério Ordenado na Companhia¹³.

¹⁰ R. ZAS-FRIZ, “El ministerio ordenado de la Compañía de Jesús; revisión de la bibliografía postconciliar”, *Estudios Eclesiásticos* v. 78, n. 306 (2003) 483-519.

¹¹ Cf. ZAS-FRIZ, 2003, *art. cit.*, p.513.

¹² *Ibid.*, p.515.

¹³ Cf. Congregação Geral 32, d. 4, 64 e *Alocução do Santo Padre aos Padres Congregados* (3/12/1974), n. 7-10.

No texto da carta do P. Arrupe *Sobre a Preparação para a Ordenação* se propõe um mês de preparação para que o jovem jesuíta aprofunde sua vocação sacerdotal na Companhia. A carta dá a impressão de dissociar-se o religioso e o apostólico, tal como acontecera na Congregação Geral 32, ao mencionar separadamente castidade religiosa e celibato sacerdotal¹⁴. Existe diferença dentro da Companhia? Não estaria aqui sendo feita uma superposição entre a vocação à Companhia, que inclui o presbiterado na maioria dos casos, com a vocação ao presbiterado diocesano? A motivação dada a princípio para se instituir a preparação são as inúmeras saídas de jovens jesuítas presbíteros após pouco tempo de ordenados. Muito sintomático. Não estaria aí subjacente um conflito de identidade entre aquilo que o jovem jesuíta trouxe de seu ambiente eclesial progressivo – e viu confirmado em parte durante seu período de formação na Companhia – e a realidade do exercício do Ministério Ordenado nos ministérios próprios da Companhia?

A Congregação Geral 34 respondendo às grandes mudanças em torno do Ministério Ordenado no pós-Concílio e às indagações das jovens gerações de jesuítas à beira da ordenação presbiteral, elaborou o decreto 6, *Jesuítas Presbíteros: sacerdócio ministerial e identidade jesuítica*¹⁵. Não quiseram com ele apresentar uma teologia do presbiterado na Companhia, mas “uma forma de conceber a dimensão presbiteral de nossa identidade e missão à luz da inspiração fundacional”.

Os números 7-9 do decreto apresentam os aspectos eclesiais desse ministério: missão universal, finalidade apostólica e “exercida sob a solicitude universal do Papa pelas necessidades da Igreja e do mundo”.

Em seguida, ao caracterizar os ministérios próprios do jesuíta presbítero, afirma que as atividades citadas na *Fórmula do Instituto* são o arquétipo do serviço presbiteral do jesuíta e que este engloba um grande número de atividades¹⁶.

Outra característica desse ministério presbiteral é que ele é exercido “onde as necessidades são maiores, onde não há outros que os aliviem e onde se pode alcançar um bem mais universal”. Ou nas palavras de Nadal: “A Companhia se dedica às pessoas a quem ninguém se dedica, ou que são atendidas com negligência. Essa é a razão fundamental da fundação da Companhia, essa sua força, essa sua dignidade na Igreja”¹⁷.

Esse aspecto do ministério presbiteral na Companhia é tão importante que a Congregação Geral afirma-o mais uma vez:

[Esse] ministério se dirige principalmente a quem não ouviu o Evangelho, aos que estão à margem da Igreja ou da sociedade, àqueles a quem se lhes nega a dignidade, aos sem voz e sem poder, aos fracos na fé ou dela afastados, àqueles que carregam uma carga superior a suas forças. Para o

¹⁴ Cf. *Sobre a Preparação para a Ordenação*, n. 8.

¹⁵ Congregação Geral 34, d. 6.

¹⁶ Cf. Congregação Geral 34, d. 6, 10.

¹⁷ Congregação Geral 34, d. 6, 11.

jesuíta presbítero o mundo é o lugar onde se deve mostrar mais ativo, em nome de Cristo salvador e reconciliador¹⁸.

Nos parágrafos posteriores, o decreto explicita as características do ministério presbiteral do jesuíta a partir de uma longa lembrança de como Inácio e os primeiros companheiros exerceram o presbiterado e o que os inspirava¹⁹.

Em um parágrafo conclusivo dessa parte do decreto aparece a problemática da relação do ministério presbiteral do jesuíta e sua inserção na Igreja local, tal como preconiza o Vaticano II e a reflexão teológica pós-conciliar sobre o Ministério Ordenado:

Onde quer que estejam, os jesuítas presbíteros contribuem apostolicamente à vida da Igreja local, ao mesmo tempo que são fiéis a seu carisma e salvaguardam sua liberdade para a missão. A cada dado momento de sua vida, o jesuíta presbítero vive numa Igreja local e coopera de bom grado com o bispo do lugar na missão da Igreja. Mas reconhece que, em cada Igreja local, o carisma próprio do clero *diocesano* é serem os agentes primários do cuidado pastoral do bispo. Precisamente por não ser presbítero diocesano, reconhece que exerce seu ministério de forma complementar. Assim, o jesuíta procura orientar sua atividade presbiteral àqueles que o ministério ordinário da Igreja não alcança facilmente²⁰.

É claro nesse parágrafo o conflito com uma eclesiologia que uniformiza o exercício do ministério presbiteral inserindo-o exclusivamente na Igreja local e submetendo-o ao bispo. A Congregação Geral 34 poderia ter aprofundado mais esse aspecto diferencial ao mostrar que o presbiterado do jesuíta e a missão da Companhia estão intimamente imbricados, enraizados no exercício do ministério petrino. Apesar de todas as distorções que se podem perceber hoje no ministério petrino, é indubitável que na tradição da Igreja a Sé de Roma possui um serviço especial no âmbito da Igreja universal: presidir na caridade a comunhão das Igrejas particulares. A solicitude do bispo de Roma pelo bem das Igrejas particulares espalhadas pelo mundo é o princípio e fundamento eclesiológico para a missão universal da Companhia, para a mobilidade e disponibilidade apostólica que lhe são peculiares, isto é, para o serviço presbiteral do jesuíta.

Paradoxalmente, a Congregação Geral 34 ao incluir em seus decretos um que trata da identidade presbiteral do jesuíta, em que afirma sua especificidade em relação àquela do presbítero diocesano, incluiu outro

¹⁸ Congregação Geral 34, d. 6, 12. Aqui vale também o famoso dito de Nadal de que a “casa do jesuíta é o mundo”.

¹⁹ Cf. Congregação Geral 34, d. 6, 16-17. Infelizmente, a CG não aprofundou, aqui nesse decreto, o significado dessa “missão apostólica de trabalhar com Cristo na proclamação do Reino”, cheia de um significado especial para os primeiros companheiros, e o papel fundamental que exerce no estilo de presbiterado escolhido por eles da contemplação do Chamado do Rei Eterno e da Meditação das Duas Bandeiras.

²⁰ Congregação Geral 34, d. 6, 18.

decreto a respeito do apostolado paroquial onde afirma, citando a Congregação Geral 31, que este “já não se pode ter por contrário aos princípios das Constituições” e que “em certas circunstâncias, constitui um apostolado apto a realizar nossa missão de serviço da fé e promoção da justiça”²¹. É uma mensagem no mínimo contraditória a que a Congregação Geral 34 transmite aos jovens jesuítas. Por um lado, afirma uma especificidade, mas por outro se adapta à realidade eclesial circunstante sem problematizá-la, aceitando-a como tal.

Os pronunciamentos e intervenções do atual Padre Geral confirmam a suspeita de que há um processo de acomodação do Ministério Ordenado próprio da Companhia ao modelo estabelecido pelo Vaticano II. Por ocasião da Congregação de Provinciais em Loyola, em 1990, o Padre Geral Peter-Hans Kolvenbach retoma em sua alocução final a bula de fundação da Companhia e tece algumas considerações, dentre as quais, sobre a identidade presbiteral do jesuíta²². Estranhamente após afirmar que “na experiência de Inácio, o desejo de continuar a obra dos apóstolos precede e reúne um presbiterado que se impôs mais tarde e progressivamente”, e que “esta vocação apostólica não implica necessariamente a ordenação sacerdotal”, o P. Geral procura em um longo parágrafo – não antes sem afirmar paradoxalmente que “a vocação primordial de ser como os apóstolos marca, como consequência, o modo de ser presbítero na Companhia de Jesus” – conciliar o presbiterado da Companhia àquele estabelecido pelo Vaticano II. E isto, “porque a ótica do Vaticano II confirmou e enriqueceu plenamente a figura do presbítero, assim como a entende e vive a Companhia” (sic)²³.

Em recente documento sobre a formação do jesuíta durante a etapa da teologia²⁴, as ambigüidades persistem. Um bom número de remissões nas notas de rodapé à Exortação Apostólica *Pastores Dabo Vobis*, direcionada aos presbíteros diocesanos, e uma recorrente preocupação em adequar a formação do futuro jesuíta presbítero aos cânones do Direito Canônico e aos documentos

²¹ Congregação Geral 34, d. 19, 1. A Congregação Geral afirma isso após constatar que “cerca de 3.200 jesuítas trabalham atualmente em 2.000 paróquias dispersas pelo mundo”. Muito sintomático da orientação que vem tomando a Companhia, assumindo a realidade paroquial justamente quando a identidade do presbítero diocesano vai se afirmando em torno do cuidado pastoral à comunidade eclesial paroquial e a pertença a uma Igreja local.

²² *Alocução final do Padre Geral à Congregação de Provinciais no 450º Aniversário da Aprovação da Fórmula do Instituto pelo Papa Paulo III* (Loyola, 26/09/1990), n. 5-10.

²³ Cf. *Alocução final*, n. 8. Com certeza, o presbiterado dos Primeiros Companheiros se aproxima de alguma maneira ao modelo proposto pelo Vaticano II na sua preocupação com o ministério da Palavra e com o cuidado pastoral, mas possui traços característicos muito próprios como veremos no capítulo seguinte.

²⁴ COMPANHIA DE JESUS, “A formação do jesuíta durante a etapa da teologia”, in *A Formação do jesuíta*; documentos do P. Peter-Hans Kolvenbach. São Paulo: Loyola, 2004, pp. 115-137.

pontíficos sobre a formação presbiteral em geral²⁵, atesta que o governo da Companhia, apesar do decreto 6 da Congregação Geral 34, não conseguiu estabelecer de modo claro qual seja a identidade presbiteral do jesuíta, buscando acomodar “o modo específico de ser sacerdote na Companhia” ao vigente modelo de presbiterado na Igreja, o diocesano. Que até o presente momento não conseguiu tirar as conseqüências teóricas e práticas daquilo que invariavelmente tem afirmado, em especial após o decreto da Congregação Geral 34: que a Companhia possui um modo próprio de exercer o Ministério Ordenado, um carisma, que Inácio e os primeiros companheiros constituíram, seguindo o caminho aberto pelos religiosos presbíteros que os precederam.

2. Um ministério presbiteral suis generis

2.1. Os Primeiros companheiros e um gênero de vida suis generis

Para uma correta compreensão da natureza e significado do Ministério Ordenado na Companhia se faz necessário voltar aos inícios do Instituto procurando descobrir que sentido davam os primeiros jesuítas ao Ministério Ordenado, como o exerciam, pois o modo como eles o entendiam e exerciam é paradigmático para seu exercício hoje na Companhia.

Se procurarmos alguma consideração ou reflexão acerca do exercício do presbiterado entre os primeiros documentos da nascente Companhia ou nos relatos sobre esses inícios entre os primeiros companheiros, nada encontraremos. Para uma ordem religiosa que foi na história da Vida Consagrada incluída no rol dos “clérigos regulares” é algo desconcertante esse silêncio. Como diz José de Castro, “se alguém rastrear com certa curiosidade os testemunhos que temos sobre as ordens dos Companheiros, tanto nos documentos primeiros da origem e desenvolvimento do Instituto como nas histórias pessoais dos primeiros, são muito escassas as referências a uma vocação entendida desde ou para o sacerdócio”²⁶.

²⁵ Cf. COMPANHIA DE JESUS, *op. cit.*, pp. 126-129. No final dos anos 80, Harmless já apontava para a necessidade de se entender o Ministério Ordenado na Companhia numa perspectiva diferente àquela vigente na Igreja, mas parece difícil vencer os esquemas atuais de interpretação do presbiterado. Cf. W.J. HARMLESS, “Jesuits as priests: crisis and charism”, *Studies in The Spirituality of Jesuits* v. 19, n. 3 (1987) 47.

²⁶ J. de CASTRO, “Sacerdócio en ejercicio: los primeros sacerdotes jesuitas”, *Manresa* v. 74, n. 293 (2003) 347. Harmless chega a mesma conclusão em sua pesquisa. Cf. HARMLESS, “Jesuits as Priests”, *art. cit.*, pp. 29-31. Para uma compreensão adequada da célebre expressão “sacerdotes honestos” da *Fórmula do Instituto*, cf. M. DORTEL-CLAUDOT, *Le genre de vie extérieur de la Compagnie de Jésus*, Rome: PUG, 1971.

Dos documentos fundacionais e primeiros relatos descobre-se apenas o sentido desse ministério presbiteral: “*ajudar as almas*”²⁷. Esta é uma expressão muito presente e característica dos escritos de Inácio. Ela descreve uma atitude e um desejo que Inácio compartilhou com os primeiros companheiros e que se cristalizou como projeto de vida comunitário²⁸. Como afirma José de Castro: “Sua preocupação inicial não foi tanto a institucional, nem a corporativa, nem inclusive a sacerdotal, senão a *apostólica*: viver para ‘ajudar as almas’, não de qualquer maneira, nem segundo qualquer estilo, senão como os apóstolos com todos os meios a seu alcance, entre os quais o sacerdócio aparecia como um elemento imprescindível”. É o que também afirma Luis de Diego: “Inigo se dá conta de que para poder ser apóstolo eficaz e ‘ajudar as almas’, o que constitui seu anseio mais íntimo, vai necessitar de dois requisitos: letras e missão. Estudos eclesiásticos e permissão para pregar. Ambas as coisas, naquele tempo de rígida separação leigo-clérigo, supõe a ordenação sacerdotal”²⁹.

Esse “ajudar às almas” possui características bem precisas para o grupo. Era segundo o estilo dos apóstolos, no qual o presbiterado era um meio imprescindível. Inácio desde seu tempo de peregrino sentia o apelo a viver como os apóstolos e este desejo transmitiu aos companheiros de Paris por meio dos *Exercícios Espirituais*, com as meditações do “Chamado do Rei Eterno” e das “Duas Bandeiras”³⁰. Estas meditações marcaram indelevelmente o grupo e configuraram seu horizonte de ação.

Os primeiros companheiros leram e interpretaram o Evangelho a partir dos *Exercícios Espirituais* e isso configurou todo um gênero de vida novo na Igreja. Nadal percebeu isso e sempre apresentou as duas meditações como figuras da Companhia³¹. Polanco no seu *Chronicon*³² parece seguir um esquema muito próximo das narrativas evangélicas e dos Atos dos Apóstolos quando narra o envio e a missão dos primeiros companheiros. Como pano de fundo parece visível as duas meditações acima mencionadas dos *Exercícios Espirituais* e a *Fórmula do Instituto*.

²⁷ *Autobiografía*, n. 45 e 50.

²⁸ *Autobiografía*, n. 85. Aqui se lê: “Já por este tempo tinham decidido todos o que tinham de fazer, isto é: ir a Veneza e Jerusalém e gastar sua vida em proveito das almas. Se não conseguissem permissão de ficar em Jerusalém, voltar a Roma e apresentar-se ao Vigário de Cristo, para empregá-los no que julgasse ser de maior glória de Deus, e utilidade das almas”.

²⁹ L de DIEGO, “Ignacio de Loyola sacerdote: de ayer a hoy”, *Manresa* v. 63, n. 246-247 (1991) 91.

³⁰ Cf. CASTRO, *art. cit.*, p. 352.

³¹ Cf. J. NADAL, *Contemplatif dans l'action; écrits spirituels ignatiens (1535-1575)*, Paris: Desclée de Brouwer, 1994, pp. 301-314 e cf. também M. NICOLAU, *Pláticas espirituales del P. Jerónimo Nadal, S.I., en Coimbra (1561)*, Granada: Facultad Teológica de la Compañía de Jesús, 1945, pp. 78-84.

³² Cf. A. RAVIER, *La Compagnie de Jésus sous le gouvernement d' Ignace de Loyola (1541-1556)*; D'après les Chroniques de J.A. de Polanco, Paris: Desclée de Brouwer, 1991. A mesma impressão passa Simão Rodrigues nas suas memórias, *As Origens da Companhia de Jesus*.

Na *Fórmula do Instituto* encontram-se enumerados os ministérios exercidos pelos primeiros jesuítas: ministérios da palavra, dos sacramentos e das obras de misericórdia³³. O'Malley vê nesses ministérios uma inspiração evangélica clara:

O padrão fundamental foi delineado em poucas passagens, incluindo a missão dada por Jesus aos doze nos capítulos décimo e nono de Lucas. Nestes textos, os jesuítas viram quatro pontos-chaves para seu próprio entendimento. Primeiro, como os doze, eles também foram “enviados”, isto é, eles foram instruídos para procurar pessoas em necessidade, comissionados pelo menos de alguma maneira geral pelos superiores. Segundo, foram “pregar o Evangelho”, isto é, engajar-se em vários ministérios da Palavra de Deus. Terceiro, “deviam curar os doentes”, o que significava a cura do pecado por meio da confissão e outros meios, mas também aliviando doenças físicas sempre que possível. Quarto, deviam fazer todas essas coisas sem procurar recompensa financeira alguma – interpretavam seu voto de pobreza especialmente nesse sentido³⁴.

Em seu *Memorial*, Fabro expressa de modo claro esse ideal do grupo:

[...] Aqui também desejei e pedi com grande devoção e movido de um sentimento novo que, por fim se me conceda ser servidor e ministro de Cristo consolador, de Cristo ajudador, Cristo salvador, de Cristo médico, libertador, enriquecedor, fortificador, de maneira que eu possa, por seu meio, ajudar a muitos, consolá-los, livrá-los de vários males, fortificá-los, dar-lhes luz não somente espiritual, senão também, se com o favor de Deus pode alguém atrever-se a tanto, corporal, e todas as outras coisas que são próprias da caridade para a alma e para o corpo dos próximos³⁵.

Paulo III quando da aprovação do gênero de vida dos primeiros companheiros, chamou-os, no Proêmio da *Prima Societatis Iesu Instituti Summa*, de “sacerdotes pobres de Cristo” (*Pauperes Christi sacerdotes*)³⁶, sendo esta a melhor definição possível naquele contexto eclesial do teor do Ministério Ordenado exercido pelos primeiros companheiros. Eles eram chamados pelo povo italiano de *preti pellegrini*, *preti riformati* por causa do modo de se comportarem, de se vestirem, porém a expressão “sacerdotes pobres de Cristo” toca o coração das intenções do grupo e de sua visão do Ministério Ordenado. A expressão “presbítero” soaria para eles como ligada a um status social e religioso do qual estavam consciente e obstinadamente renunciando; não queriam nenhum tipo de benefício e privilégio eclesiástico, muito dos quais

³³ Cf. J. O'MALLEY, *Os primeiros jesuítas*, São Leopoldo; Bauru: Unisinos; Edusc, 2004. p. 137.

³⁴ O'MALLEY, *op. cit.*, p. 136.

³⁵ *Memorial*, n. 151.

³⁶ Cf. J.F. CONWELL, *Impelling spirit: revisiting a founding experience*; 1539 Ignatius of Loyola and his companions, Chicago: Loyola Press, 1997, p. 55 e cf. também J. OSUNA, *Amigos en el Señor: unidos para la dispersión*, Bilbao; Santander: Mensajero; Sal Terrae, 1998, pp. 160-162.

ligados automaticamente à ordenação presbiteral. O caminho escolhido por eles era o da pobreza com Cristo pobre e que envia seus apóstolos a pregar em pobreza. Também renunciavam a qualquer tipo de poder eclesiástico sobre o Povo de Deus, pois segundo a teologia da época que seguia Tomás de Aquino, o poder de consagrar as espécies eucarísticas trazia por consequência o poder de governar os fiéis, o poder de jurisdição³⁷. O grupo, entretanto, renunciou a esse poder de jurisdição sobre o Corpo Místico de Cristo para se dedicar livremente e com disponibilidade total ao seu cuidado espiritual, tal como Cristo Ressuscitado confiou aos seus discípulos. Por isso, a expressão “sacerdote” lhes remetia a esse cuidado espiritual e os associava ao sacerdócio de Cristo, um sacerdócio de cunho quenótico e existencial como nos apresenta a Epístola aos Hebreus e as contemplações das 2ª e 3ª semanas dos *Exercícios Espirituais*.

Outro elemento fundamental no Ministério Ordenado dos primeiros companheiros é a sua vinculação ao Sumo Pontífice. Seu serviço presbiteral é destinado à Igreja Universal, aonde houver maior necessidade e os frutos espirituais forem maiores. Com a ordenação presbiteral eles não se vinculam a uma diocese particular, nem a uma paróquia ou santuário, nem assumem algum cuidado exclusivo por alguma classe de pessoas (monjas, crianças, enfermos, etc.)³⁸. São enviados para diversas regiões da Europa, em missões difíceis e delicadas que exigem todo o preparo físico, espiritual e intelectual que o grupo possui. O quarto voto de obediência ao Papa acerca das missões quer expressar exatamente toda essa mobilidade e disponibilidade apostólica da Companhia, de seu Ministério Ordenado. Como diz Nadal, a casa do professo é o peregrinar. Se o próprio Cristo foi enviado pelo Pai e peregrinou pela Galiléia anunciando a Boa Nova do Reinado de Deus, e depois enviou seus apóstolos a pregar o Evangelho pelo mundo todo, também os primeiros jesuítas queriam ser enviados, e o foram pelo Vigário de Cristo na terra. É o que conclui também Losada:

[...] é preciso recordar, ao final deste estudo das origens do quarto voto, que o voto de obediência ao Romano Pontífice, vigário de Jesus Cristo, é somente o meio necessário, confirmado pela experiência pessoal de Inácio em La Storta, para poder realizar aquele ideal de seguir a Cristo com a cruz, em pobreza, e de continuar sua missão, indo a todo o mundo, como nos primeiros tempos do Cristianismo o fizeram os Apóstolos a partir de Jerusalém. Fechado o caminho de Jerusalém, Roma tornou possível seu ideal³⁹.

Portanto, chegamos à conclusão que a imitação da vida apostólica, tal como interpretada pelos *Exercícios Espirituais*, é o *leitmotiv*, a inspiração primigênia do gênero de vida que os primeiros companheiros viveram e que legaram

³⁷ Cf. CONWELL, *op. cit.*, pp. 73-80.

³⁸ Cf. O'MALLEY, *op. cit.*, pp. 119-120 e também *Constituições* [588].

à Companhia sob a expressão “nosso modo de proceder”. O presbiterado é parte essencial desse estilo de vida, não como um fim em si mesmo, mas, ao contrário, como um meio para servir mais, para configurar-se mais à vida de pobreza e itinerância dos discípulos de Cristo que percorriam o mundo pregando o Evangelho de cidade em cidade, continuando a obra do Mestre (Mc 6,6b-13; 16,15-20; Mt 10,5-42; 28,16-20; Lc 9,1-6), e completando na carne aquilo que falta na paixão de Cristo em favor de seu Corpo que é a Igreja⁴⁰.

2.2. *Um incompreendido Ministério Ordenado suis generis*

Tudo o que foi dito acima pode levar a crer que o nascimento desse gênero de vida tão *suis generis* dos primeiros jesuítas tenha sido tranqüilo e bem acolhido. Muito pelo contrário. Desde os inícios das atividades de Inácio, ainda antes de chegar a Paris e reunir o grupo definitivo de companheiros, seu carisma eclesial foi motivo de controvérsia, suspeita e perseguição. Em Roma o grupo vivia envolto em uma nuvem de opiniões pró e contra seu estilo de vida, apesar de toda a edificação que proporcionavam ao povo.

Quando da aprovação pontifícia da Companhia, essas incompreensões não cessaram. A nova ordem foi duramente criticada pelos teólogos da universidade de Paris, os antigos professores de vários do grupo. Inácio respondeu a cada uma dessas críticas com firmeza. Por trás dessas críticas estava uma incompreensão desse novo gênero de vida dos primeiros jesuítas, que não se enquadrava em nenhum esquema tradicional da vida religiosa e do sacerdócio ministerial⁴¹.

Era visível a diferença entre o ministério ordenado exercido pelos jesuítas e pelos presbíteros diocesanos. Os jesuítas se distanciavam, por exemplo, do modelo proposto por Josse Clichtove (1472-1543), que se tornou inspiração para a reforma tridentina do presbiterado, que propugnava um estilo de vida separado do povo, totalmente dedicado ao culto e com traços monásticos e ascéticos⁴².

Mas os jesuítas também se distanciavam em muito das ordens de religiosos presbíteros de então, os frades mendicantes e as nascentes ordens de clérigos regulares (teatinos, barnabitas e somascos). Os primeiros se viam presos à vida conventual, com toda a sorte de regras e obrigações: jejuns, discipli-

³⁹ J. LOSADA, “Significado teológico del cuarto voto ‘circa misiones’ de la Compañía de Jesús”, *Manresa* v. 63, n. 248-249 (1991) 447.

⁴⁰ Cf. NADAL, *op. cit.*, p. 305. Cf. também Col 1,24s.

⁴¹ Cf. OSUNA, *op. cit.*, pp. 313-322.

⁴² Cf. DIEGO, *op. cit.*, pp. 91-92. Também Cf. G.L.B. HACKMANN, *Servir a Cristo na comunidade: o ministério presbiteral* em Edward Schillebeeckx, São Paulo: Loyola, 1993, pp. 150-152.

nas, penitências, punições, rezas do Ofício em coro, hábito, etc. Eles haviam perdido o impulso apostólico inicial e estavam semimonásticos. Os clérigos regulares, por sua vez, eram uma novidade que ainda estava presa aos esquemas tradicionais da vida religiosa⁴³.

Em muitos lugares da Itália os jesuítas eram confundidos com os teatinos por causa da batina preta simples que ambos tinham em comum. No entanto, paravam por aí as semelhanças. Osuna traça uma descrição bem interessante dos propósitos de teatinos e barnabitas:

O projeto que se traçavam os teatinos consistia no fiel cumprimento do ministério sacerdotal, que incluía as cerimônias litúrgicas e a oração do breviário, por isso não renunciavam ao coro e nem aos ofícios com cantos. O trabalho consistia no serviço que um sacerdote presta ordinariamente em sua paróquia: administração dos sacramentos, pregação, atenção aos enfermos e moribundos. A perspectiva de “missão” não se contemplava. Em contraste com os clérigos que dissipavam seu tempo conversando à toa pelas ruas e praças, preferiam consagrar-se em casa à oração e ao estudo.

Os barnabitas, ou clérigos regulares de São Paulo, tiveram por fundador a santo Antônio Maria Zaccaria e foram aprovados em 1533. Sua linha de inspiração era muito semelhante a dos teatinos, com o aspecto apostólico talvez mais acentuado. Ambas as Bulas de aprovação os definem com termos idênticos como congregações que, sob a habitual veste clerical, “habitando em comum e vivendo em comum”[“in unum habitantes et in communi viventes”], querem dedicar-se a uma vida piamente sacerdotal, pregando a palavra divina, ouvindo confissões, estudando a teologia e os cânones sagrados, para proveito próprio e das almas. As constituições de ambos conservam muitos elementos monacais; seu esquema recorda as regras de mosteiros e abadias; o primeiro capítulo, por exemplo, está dedicado ao ofício divino e ao culto, por onde começavam as regras monásticas da época; tinham regras de penitências: jejum em certos tempos do ano, abstinência alguns dias da semana, capítulos de culpa, etc.⁴⁴

Simão Rodrigues relata nas suas memórias a perplexidade das pessoas diante do modo de proceder dos primeiros companheiros, que fugiam dos estereótipos da vida religiosa de seu tempo e do presbiterado.⁴⁵

⁴³ Cf. L. DIEGO, *La opción sacerdotal de Ignacio de Loyola y sus compañeros [1515-1540]: estudio histórico e interpretación teológico-espiritual*, Caracas: Centrum Ignatianum, 1975, pp. 177-179.

⁴⁴ OSUNA, *op. cit.*, pp. 311-312. Para uma comparação mais detalhada entre o ministério ordenado da Companhia e o das ordens de clérigos regulares de seu tempo, cf. DIEGO, *op. cit.*, pp. 202-207.

⁴⁵ Cf. *As Origens da Companhia de Jesus*, n. 29. Rodrigues afirma que as pessoas se admiravam de ver padres que pregassem, coisa mais própria de monges. Ora, na época era comum chamar os frades mendicantes de monges, pois o povo distinguia apenas o hábito das ordens religiosas da veste clerical, a batina preta. Isto lança luz

Fica claro que os primeiros jesuítas não adotaram um estilo de vida presbiteral, mas um gênero de vida apostólico que inclui elementos do ministério presbiteral associados com outros ministérios que para eles *significavam, figuravam* os ministérios apostólicos descritos nos evangelhos. O que fizeram os primeiros companheiros foi *subsumir* o ministério presbiteral a um ideal apostólico, *resignificando-o* de um modo inteiramente novo. Isso representou uma ruptura radical com as teologias vigentes do Ministério Ordenado e da Vida Consagrada.

Essa novidade que os jesuítas traziam institucionalizava, dava corpo a uma experiência teologal nascida dos *Exercícios Espirituais*. Quais seriam os elementos teológicos dessa experiência? Quais fundamentos teológicos se encontram subjacentes ao ministério presbiteral dos primeiros jesuítas e que continuam sendo hoje inspiradores e normativos para os jesuítas?

3. Alguns elementos teológicos do Ministério Ordenado na Companhia de Jesus

3.1. Servir sob a Bandeira da Cruz

O capítulo anterior, no seu breve apanhado histórico, apontou para a especificidade radical do Ministério Ordenado exercido pelos primeiros jesuítas. Subjacente a essa singularidade está uma experiência teologal de Inácio e seus primeiros companheiros, forjada no âmbito dos *Exercícios Espirituais* e que a *Fórmula do Instituto* e as *Constituições* procuraram descrever e propor a outros que os quisessem imitar.

Se desde o nascimento da Companhia o seu exercício do Ministério Ordenado se colocou como um modelo alternativo ao diocesano e ao de outros institutos de Vida Consagrada de sua época – e acreditamos que ainda hoje – qual o seu fundamento teológico?

A resposta é nos dada pelo mais importante teólogo do carisma da Companhia: Jerônimo Nadal. Referindo-se à experiência de Inácio em La Storta, ele afirma:

Disto extraímos que o fundamento de nossa Companhia é Jesus Cristo crucificado; para que assim como ele redimiu ao gênero humano com a Cruz, e padece cada dia grandes aflições e cruces no seu Corpo místico, que

sobre o dito famoso de Nadal de que os jesuítas não são monges, ou seja, não pertencem ao rol das ordens religiosas tradicionais: eles são algo muito diferente. Também é interessante notar que o povo percebia a diferença entre o clero diocesano e os religiosos presbíteros não apenas quanto à vestimenta, mas sobretudo quanto às atividades: os primeiros se dedicavam mais à administração de sacramentos e os segundos à pregação da Palavra.

é a Igreja; assim aquele que pertence a nossa Companhia não se proponha outra coisa que, seguindo a Cristo em muitas perseguições, procurar juntamente com o próprio Cristo a salvação das almas, já que perecem tão miseravelmente depois de ser redimidas com o sangue de Cristo.⁴⁶

Para Nadal, a experiência mística de Inácio em La Storta, quando Inácio é posto pelo Pai com o Filho que carrega a Cruz às costas, e este toma-o como seu servidor, é a confirmação do caminho da Companhia, confirmação daquilo que deve ser a experiência não apenas de Inácio, mas de todos os jesuítas: servir sob a bandeira da Cruz⁴⁷. Desde o rascunho da Fórmula do Instituto em 1539, a *Prima Societatis Iesu Instituti Summa*, está presente o assinalar-se sob a bandeira da Cruz.

No Exame Geral destinado aos candidatos à Companhia é proposto no número 101 o ideal de “vestir-se da mesma vestidura e libré de seu Senhor, pelo amor e reverência que lhe são devidos”⁴⁸. Isto consiste em desejar sofrer injúrias, falsos testemunhos, afrontas e ser tido e julgado por doido por desejar parecer-se de algum modo com nosso Criador e Senhor Jesus Cristo. Mesmo que o candidato não tenha ainda esses santos desejos, ele é lembrado que à libré de Cristo estão associados injúrias, escárnios e opróbrios⁴⁹. O candidato precisa desejar passar por essas situações porque o próprio Cristo passou por elas para nos levar à vida. *Configurar-se ao Cristo é configurar-se com seu destino em favor da humanidade, é vestir da libré quenótica de Cristo.*

Escárnios, injúrias e opróbrios são a libré de quem se coloca a serviço sob a bandeira da Cruz. É o próprio Nadal narra aos estudantes jesuítas de Coimbra uma conversa entre ele e Inácio:

Mas tornando-lhe eu a dizer que por amor de Nosso Senhor me dissesse algo com que me ajudasse, respondeu-me com palavras muito graves e

⁴⁶ J. NADAL, “Pláticas de renovación en Roma el año 1557”, in M. NICOLAU, *Jerónimo Nadal, S.I.: sus obras y doctrinas espirituales*, Madrid: Editorial Uraña, 1949, p. 496. O texto original é o seguinte: “Ex his colligimus Societatis nostrae fundamentum esse Iesum Christum crucifixum, ut sicut ipse cum cruce genus humanum redemit et quotidie maximas patitur afflictiones et cruces in Corpore suo mystico, quod est Ecclesia; sic et is qui Societatis nostrae est, non aliud sibi proponat quam ut, per plurimas persecutiones Christum sequens, animarum salutem una cum ipso Christo procuret, quandoquidem illae, Christi sanguine redemptae, tam misere pereunt”.

⁴⁷ Para um aprofundamento acerca da importância da visão de La Storta para a vida da Companhia, Cf. H. RAHNER, *The vision of St. Ignatius in the chapel of La Storta*, Roma: Centrum Ignatianum, 1975. Cf. também a série de artigos de Gervais Dumeige em número especial da revista CIS. *La visión de La Storta: história e espiritualidad*. CIS, Roma, v. 19, n. 57 (1988).

⁴⁸ Preferimos a tradução acima ao invés de “traje e insígnias” por representar melhor o universo simbólico de Inácio e companheiros na sua relação com o Rei Eterno. Cf. M.C.L. BINGEMER, *Em tudo amar e servir*; mística trinitária e práxis cristã em santo Inácio de Loyola, São Paulo: Loyola, 1990, p. 105.

⁴⁹ Cf. *Constituições* [102].

sentenciosas: “Mestre Nadal, deseja sofrer injúrias, trabalhos, ofensas, vitupérios, ser tido por louco, ser desprezado por todos, ter cruz em tudo por amor de Cristo N. Senhor, e por vos vestir de sua libré; porque nisto está a via da perfeição, a saúde, a alegria e consolação espiritual”⁵⁰.

Para Nadal o servir sob a bandeira da Cruz vestindo-se da libré de Cristo está no centro da vida do jesuíta:

Ajuda exercitar-se e considerar e sentir que *seguimos a Jesus Cristo que leva ainda sua Cruz na Igreja militante, a quem nos tem dado por servos seu Pai eterno*, que o sigamos com nossas cruces, e não queiramos mais do mundo o que ele quis e tomou, *com efeito*, pobreza, opróbrios, trabalhos, dores, até a morte, exercitando a missão para a qual Deus lhe havia mandado ao mundo, que era salvar e aperfeiçoar as almas, com toda obediência e perfeição de todas as virtudes. Mas é muito gostosa nossa cruz; porque tem já esplendor e glória da vitória da morte, ressurreição e ascensão de Jesus Cristo.⁵¹

Nesse e em outros textos da Companhia encontramos ecos da figura bíblica do Servo Sofredor de Isaías (Is 52,13-53-12), que a comunidade cristã irá imediatamente associar ao Messias Jesus de Nazaré. De fato, os textos neotestamentários que melhor exprimem essa via da cruz que conduz à glória são o evangelho de João e a Epístola aos Hebreus. O Cristo joanino encontra o momento da glória exatamente na sua entrega na Cruz (Jo 12,23-24.27-28.32-33; 19,28-30). Em Hebreus é afirmado algo semelhante de Cristo, pois ele assumindo nossa condição humana, com exceção do pecado, passou por inúmeros sofrimentos para nossa salvação, e por isso foi exaltado por Deus e colocado a sua direita, tornando-se o mediador único e eficaz de uma nova aliança (Hb 2,9-10.14-18; 4,15-16; 5,7-9; 9,12-15).

É o Cristo quenótico com sua Cruz — presente desde o seu nascimento como narram os Exercícios Espirituais⁵² — que se entrega para nossa salvação no gesto final de sua vida terrena, após toda uma série de ministérios de anúncio do Reinado do Pai, que é o elemento teológico fundamental do Ministério Ordenado na Companhia.

⁵⁰ M. NICOLAU (org.), *Pláticas espirituales del P. Jerónimo Nadal, S.I., en Coimbra (1561)*. Granada: Facultad Teológica de la Compañía de Jesús, 1945, pp. 108-109. Nadal conclui: “Deus Nosso Senhor nos chamou para seguir a seu Filho com a Cruz. De maneira que o seguir nossa vocação consiste em levar cruz; e, se isto não fazemos, não vamos pelo caminho e ao fim a que fomos chamados” (p. 109). Para um breve, mas bem documentado, estudo acerca da relação entre a Cruz e abnegação nos escritos de Nadal, cf. R.A. MARYKS, “Abnegación e identidad del jesuita en Jerónimo Nadal (1507-1580)”, *Manresa*, Madrid, v. 73, n. 289 (2001) 387-396.

⁵¹ J. NADAL, “De la oración especialmente para los de la Compañía”, in *MONUMENTA HISTORICA SOCIETATIS IESU. Selecta Natalis monumenta in eius epistolis commemorata Epist. P. Nadal*. Matriti, 1905. t. IV. p. 678. (Apud NICOLAU, *Jerónimo Nadal*, p. 349).

⁵² Cf. *Exercícios Espirituais* [116].

Nadal está fortemente marcado pela convicção de que a vocação do jesuíta é a Cruz de Cristo e que ela deve ser buscada e vivida em todas as situações:

Pois a Cruz duas partes tem: uma é de trabalhos, quaisquer que sejam, como ler, estudar, pregar, confessar, ser cozinheiro e outros mais; a outra é de ser tudo isto com opróbrio, com vitupério, com injúrias, com ser tido por pouco. Porque se olhamos, não somente Cristo Nosso Senhor sofreu trabalhos de pregar, jejuar, caminhar e, *ao final [denique]*, de morrer; senão também foi tudo isto com o fazer em vitupérios, afrontas e injúrias. *Morte turpissima condemnemus eum*, diziam dele.

E portanto, já que temos uma parte da Cruz, que são os trabalhos, alguns em ler, outros em pregar, outros em peregrinar, e nos hospitais, ou em qualquer outros; neles devem procurar a outra para levar perfeitamente a Cruz.⁵³

Logo, em tudo o que o jesuíta faz está presente a Cruz de Cristo, inclusive em seu Ministério Ordenado. Para entender o presbiterado na Companhia, a Companhia e a própria Igreja é fundamental remeter-se à Cruz de Cristo: *“Ex cruce Christi Ecclesia intelligitur et Societas”*⁵⁴.

3.2. Servir à Igreja sob a direção do Romano Pontífice, Vigário de Cristo na terra.

Como havíamos dito acima neste trabalho, o quarto voto dos professores é o princípio e fundamento da missão universal da Companhia em seus aspectos de mobilidade e disponibilidade apostólica. O quarto voto acerca das missões é um ponto essencial do carisma da Companhia e do exercício do seu ministério presbiteral⁵⁵. Ele é o fundamento eclesiológico do Ministério Ordenado na Companhia. Mas que experiência teológica está contida nesse voto?

Subjacente ao quarto voto está uma experiência de ser enviado pelo próprio Cristo, Senhor da messe universal. É o que diz Fabro:

Quis o Senhor que o Papa aceitasse gozosamente nossos propósitos. Pelo que sempre me sinto obrigado, e cada um de nós, a dar graças ao Senhor da messe e da Igreja Católica universal, Cristo nosso Senhor, que teve a

⁵³ NICOLAU, *op. cit.*, p. 109.

⁵⁴ Cf. J. NADAL, “Orationis observationes”, in *MONUMENTA HISTORICA SOCIETATIS IESU. Selecta Natalis monumenta in eius epistolis commemorata Epist. P. Nadal. Matriti, 1905. t. IV. p. 256.* (Apud NICOLAU, *Jerónimo Nadal*, p. 358).

⁵⁵ Para um estudo detalhado e elucidativo acerca do quarto voto de especial obediência ao Papa, Cf. J.-G. GERHARTZ, *“Insuper Promitto...”*, Roma : Centrum Ignatianum, 1975.

bem declarar, pela palavra de seu Vigário na terra, o que é uma vocação manifesta, que o agradava que o servíssemos e que queria sempre lançar mão de nós.⁵⁶

Para os Primeiros companheiros, eles estavam sendo enviados por Cristo, o Senhor da Messe. Enviados por ele assim como haviam sido enviados os apóstolos. Essa é a experiência teologal primordial em suas vidas. Eles sentiam-se como os apóstolos e entendiam seus inúmeros ministérios como uma continuação da vida apostólica da Igreja primitiva. A Companhia de Jesus era a imitação da vida dos apóstolos. É o que afirma mais de uma vez Nadal: “Os Apóstolos foram enviados a toda a terra (indubitavelmente por Pedro). – Os Nossos são enviados a todas as gentes pelo Sucessor de Pedro, o Romano Pontífice”⁵⁷.

No título da parte sétima das *Constituições*, centro nevrálgico do documento, no qual se trata das Missões, está a imagem sugestiva da *Vinha de Cristo Nosso Senhor* na qual são *repartidos* os que foram admitidos no corpo da Companhia. Fazendo parte do corpo da Companhia os jesuítas formados são repartidos na vinha de Cristo. Lembrando que os Primeiros companheiros tiveram por hábito serem enviados (repartidos) dois a dois pelas diversas cidades da Itália antes da fundação formal da Companhia, fica mais evidente o desejo de imitação da vida dos apóstolos quando enviados por Cristo a pregar a boa nova do Reinado de Deus (Mt 10; Lc 10)⁵⁸.

Não seria errado dizer que a compreensão que os primeiros jesuítas tinham de seu ministério presbiteral era uma mistura das leituras dos evangelhos onde Jesus envia seus discípulos a pregar a boa nova do Reinado de Deus, com a descrição da vida da Igreja apostólica primitiva presente nos Atos dos Apóstolos. Unindo tudo estava a forte experiência dos *Exercícios Espirituais*, proporcionada especialmente pela hermenêutica dos exercícios do Chamado do Rei Eterno e das Duas Bandeiras com relação aos textos evangélicos acima indicados⁵⁹.

No imaginário da Companhia primitiva era forte a simbólica da Vinha do Senhor e de que os jesuítas eram operários dessa vinha, prontos e disponí-

⁵⁶ *Memorial*, n. 18.

⁵⁷ Cf. Anexo, p. 274. Para um excelente estudo sobre a eclesiologia ignaciana e o papel central nela do Vigário de Cristo, Cf. J.S. MADRIGAL, “La carta al Negus de Etiópia; notas de eclesiología ignaciana” *Miscelanea Comillas* v. 53, n. 103 (1995) 341-379.

⁵⁸ Cf. *Constituições* [624]. Esse cuidado pela missão pode ser apreciado em escritos como as *Constitutiones Circa Missiones* e as *Industrias* de Polanco, documentos prévios à elaboração das *Constituições* definitivas, e nas instruções escritas em diversas ocasiões por Inácio ou Polanco aos jesuítas enviados em missão.

⁵⁹ Cf. *Exercícios Espirituais* [275]. Aqui Inácio dá um especial destaque à vocação apostólica, afirmando sua superioridade em relação a todas as outras vocações do Antigo e Novo Testamentos. Cf. também *Exercícios Espirituais* [281].

veis para serem enviados para qualquer lugar. Havia falta de operários para semear a Palavra de Deus em algum lugar? Lá seriam eles enviados. Não havia ninguém que pudesse cultivar a Vinha do Senhor em determinado país ou região? Também lá seriam eles enviados. Estava a Vinha ameaçada por alguma praga, isto é, por alguma forma de desvio da fé ou heresia? Também lá estariam eles. Não havia operários suficientes para a colheita? Prontamente partiam para lá ajudar.

Diferente de hoje, onde a figura do Cristo pastor e do rebanho é fortemente vinculada pela concepção de presbiterado do Vaticano II, os primeiros jesuítas viam a Cristo como Senhor da Messe e a si mesmos como apóstolos, como operários da Vinha de Cristo. *Essa era a simbólica fundamental que dava significado à autocompreensão que tinham de si, a imagem teológica daquilo a que eram chamados a ser.*

Não há dúvidas que existe uma diferença substancial entre a imagem teológica do Cristo Pastor e do Cristo Senhor da Messe, que envia operários para cuidar de sua vinha. A imagem do primeiro está associada ao rebanho, enquanto que o segundo aponta para a mobilidade e disponibilidade apostólica, o ser enviado em missão. É curioso como os primeiros jesuítas não se sentiram atraídos pela bela e sedutora imagem teológica do Cristo Pastor. A resposta mais uma vez se encontra nos exercícios do Chamado do Rei Eterno e das Duas Bandeiras. Os jesuítas entendiam que os pastores eram os bispos e o clero diocesano que exerciam um cuidado estável sobre o Povo de Deus. Quanto a eles próprios, tinham a missão de irem pelo mundo afora em socorro da Vinha de Cristo aonde ela mais precisasse⁶⁰.

Se acrescentarmos à imagem do Cristo Senhor da Messe o fato que ele carrega a Cruz às costas, então a distância com a imagem do Cristo Pastor aumenta consideravelmente. No imaginário mais autêntico e primordial da primitiva Companhia, o jesuíta presbítero (em especial o professo) era um apóstolo enviado por Cristo, por meio de seu Vigário, o Papa, a cuidar da Vinha de Cristo. E o modo como realizaria sua missão era a total configuração com o Cristo crucificado, todo ele pobre e humilde, coberto de opróbrios e humilhações⁶¹. Os fundamentos cristológicos e eclesiológicos estão intimamente imbricados, como podemos perceber.

⁶⁰ Nesse aspecto, o exemplo mais flagrante é a missão da Etiópia, a qual Inácio dedicou com diligência os últimos anos de sua vida para que acontecesse, pois sentia que ela era muito própria do fim da Companhia: socorrer uma cristandade e uni-la à Sé romana. Não por acaso, Inácio envia junto com o patriarca, *doze jesuítas*. Cf. J.S. MADRIGAL, “La ‘jornada’ de Etiópia en el epistolário ignaciano”, *Manresa* v. 68, n. 266 (1996) 71-85.

⁶¹ Cf. *Exercícios Espirituais* [167] e *Constituições* [101].

Podemos concluir de tudo isso dito acima que o presbiterado na Companhia é *figura* da vida apostólica e seu sentido teológico é profundamente paulino, pois é chamado a anunciar por toda a terra o evangelho de Cristo crucificado e a configurar-se com ele (Cl 1,24-29; Gl 6,14; 1Cor 2,1-2; 2Cor 4,7-10).

Conclusão

Nosso breve estudo não teve outra finalidade que a de lançar algumas luzes sobre o significado teológico do Ministério Ordenado na Companhia de Jesus. Vimos na primeira parte como a exclusividade de uma concepção de presbiterado dominante desde o Vaticano II tem posto no ostracismo a figura do religioso presbítero e a especificidade de seu ministério. Um processo silencioso e contundente de “diocesanização” do religioso presbítero e de “parouquização” de seu ministério está empobrecendo a vida eclesial ao negar-lhes um estatuto eclesial específico.

Com o Ministério Ordenado na Companhia não tem sido diferente. Os documentos e intervenções dos Padres Gerais e a Congregação Geral 34 indicam uma dificuldade em assumir a identidade própria do presbiterado na Companhia de Jesus face ao modelo único adotado pelo Vaticano II.

Na segunda parte, percorremos os inícios do exercício do Ministério Ordenado na Companhia entre os primeiros jesuítas. Primeiro saltou-nos à vista que, tendo-se o presbiterado tornado um meio constitutivo do gênero de vida dos Primeiros companheiros, não houvesse praticamente nenhuma explicitação do sentido do ministério presbiteral entre eles. Nenhum documento fundacional, nenhum relato dos Primeiros companheiros, nem qualquer consideração por parte de Nadal e Polanco, considerados como fiéis intérpretes dos inícios da Companhia, destacam ou mencionam o exercício do presbiterado como uma vocação ou fim em si mesmo na Companhia. De fato, isso aponta para a singularidade do exercício do Ministério Ordenado na Companhia que desde sua origem foi *suis generis*, distanciando-se de todos os modelos presentes à época de seu aparecimento.

Para os primeiros jesuítas o seu gênero de vida era uma reprodução da vida apostólica, por isso para anunciar o Evangelho, curar as almas e reconciliá-las com Deus necessitavam da ordenação presbiteral para administrar os sacramentos da penitência e da eucaristia. Muito longe de se dedicarem ao culto e à liturgia, os primeiros jesuítas se engajaram numa miríade de atividades e ministérios atípicos até então para um presbítero. O gênero de vida consagrada inaugurada por eles *subsumiu* e *ressignificou* o presbiterado à imitação da vida dos primeiros apóstolos, segundo uma leitura particular

dos *Exercícios Espirituais*, em que a idéia de Missão e de Corpo apostólico são centrais.

Na terceira parte, apresentamos a fundamentação cristológica e eclesiológica e o significado teológico desse Ministério Ordenado *suis generis*: seguir a Cristo sob a bandeira da Cruz e servir a sua Igreja sob o Romano Pontífice, o Vigário de Cristo. O aspecto cristológico assinala um desejo de configuração com o Cristo pobre e humilhado presente nos EE.EE. e que nas Constituições é proposto pelo ideal de vestir-se da libré de Cristo. O aspecto eclesiológico aponta para o múnus apostólico do Vigário de Cristo sobre a Igreja universal e a tarefa da evangelização e que o torna responsável pelo envio e repartição pela vinha do Senhor dos apóstolos da Companhia, ali onde as necessidades são mais urgentes e os desafios maiores. Assim como Cristo reuniu seus apóstolos e os enviou a diversas partes para anunciar o Evangelho, de igual forma o Vigário de Cristo envia os apóstolos da Companhia.

Deste breve estudo podemos concluir algumas coisas. Primeiro, o presbiterado na Companhia de Jesus não é um fim em si mesmo, mas um meio para se cumprir a missão. E se é um meio, não pode ser uma vocação, isto é, a vocação é ser jesuíta, e esta comporta graus ou modalidades diferentes dentro do Corpo apostólico da Companhia: professo, coadjutor espiritual ou temporal. Assim pensava Inácio na sua visão orgânica do Corpo da Companhia, no qual cada um colabora na realização da Missão a partir de suas capacidades e talentos.

Segundo, o exercício do Ministério Ordenado na Companhia comporta trabalhos, atividades e ministérios muito além da simples administração de sacramentos e de serviço ao culto; o ministério presbiteral do jesuíta abraça inúmeras atividades, as mais diversas possíveis na sua busca da maior glória de Deus e bem mais universal. Isto tem sido uma das características mais incompreendidas do modo de proceder da Companhia já desde seus inícios. Com a “virada eclesiológica” do Vaticano II, a valorização de um modelo único de exercício do presbiterado tem posto em crise o presbiterado na Companhia. As jovens gerações de jesuítas sentem na pele a ambigüidade, pois trazem na cabeça o discurso eclesial construído em torno do modelo diocesano de presbiterado, com seu respectivo imaginário teológico – às vezes reforçado pela própria casa de formação – e experimentam na vida apostólica da Companhia a existência de um outro modelo. Da crise eclesial à crise vocacional, o caminho pode ser muito curto em alguns casos. Nadal diante dessa situação provavelmente diria: “Somos apóstolos, não presbíteros diocesanos: essa é a graça de nossa vocação”.

Cabe à Companhia recuperar suas origens e, com elas, sua identidade eclesial, afirmando os elementos teológicos fundamentais do seu Ministério Ordenado para que ele não degenera em modismos passageiros, mas testemunhe o espírito profético que animou os Primeiros companheiros.

Anexo⁶²

A Companhia de Jesus, Imitação da Vida dos Apóstolos⁶³

[1ª parte]

São chamados por primeiro os Apóstolos, para que conheçam a Cristo. – Os Nossos, à primeira provação, para que entendam quão grande graça recebemos de Cristo e vejam o instituto todo da Companhia.

Depois, os Apóstolos são chamados para que sigam a Cristo, para que dele ouçam a fé, para que se ajustem a seus costumes, em suma, para que se preparem para o múnus apostólico. – Os Nossos têm a segunda provação, que se presta à formação dos costumes, e então, para que passem aos estudos, nos quais são exercitados e instruídos para que sejam admitidos à Companhia professa.

Os Apóstolos são enviados para que preguem o Evangelho a toda criatura e administrem os sacramentos, isto é, para que executem o universal ministério da Palavra de Deus; para que chamem a si o cuidado de todas as almas. – A todas estas coisas a Companhia é chamada; chama a si o ministério da Palavra nas assembléias sagradas, no ensino das Sagradas Escrituras, na instrução das crianças e dos iletrados, nas conversações espirituais, nos exercícios espirituais, na administração dos sacramentos, em suma, em todo ministério da Palavra divina; e chama a si o cuidado de todas as almas a partir de seu instituto, não a partir de outra obrigação qualquer, nem de outra jurisdição.

Certamente os Apóstolos decidiram excluir outras ocupações que poderiam importuná-los no ministério da Palavra e da oração. – A Companhia tem coadjutores tanto para as coisas espirituais quanto para as coisas temporais, para que os aliviem destes pesos, de modo que possam mais expeditos e livres estar desocupados para as suas funções.

Os Apóstolos foram enviados a toda a terra (indubitavelmente por Pedro). – Os Nossos são enviados a todas as gentes pelo Sucessor de Pedro, o Romano Pontífice.

⁶² Agradecemos muito aos professores Paulo César Barros e Valdir Marques pela tradução e revisão respectivamente desses textos do original em latim.

⁶³ Esses trechos seletos foram extraídos respectivamente das *Annotationes in Constitutiones* e das *Orationis Observationes* escritas por Nadal e são sem dúvida a autocompreensão mais acabada e fiel da identidade eclesial do carisma da Companhia. (apud M. NICOLAU, *Jerónimo Nadal, S.I.: sus obras y doctrinas espirituales*. Madrid: Editorial Urania, 1949, pp. 359-368).

Os Apóstolos geralmente peregrinam, e não têm casas onde vivam em grupo, mas sempre buscam lucrar pessoas para Cristo. – Este é o fim precípua da Companhia, não só para que habitemos em casas e em conventos, irmãos, mas para que peregrinemos e pesquemos homens, precisamente lá onde vemos não haver pescador algum.

Os Apóstolos emitiram votos dos conselhos de Cristo. – A Companhia tem votos.

Não vestiam o hábito dos monges os Apóstolos (o que pode ser entendido a partir da “Hierarquia Eclesiástica” de Dionísio). Do mesmo modo, da tradição em uso da Igreja Romana, aceitamos vestimenta não diferente daquela usada pelos Apóstolos, as usadas pelos prelados e clérigos de Roma. – Outro hábito não admite a Companhia senão aquele usado pelos sacerdotes honestos.

Os Apóstolos não se ocupavam do canto dos salmos e dos hinos, e nem Gregório quis impor estas coisas aos príncipes da Igreja. – A Companhia não tem o uso do coro.

Em resumo: Além das coisas que são necessárias à dignidade, à jurisdição e à instrução sacramental, a Companhia por sua vocação tem outras atividades em que reproduz a missão dos Apóstolos. Por este motivo somos reconhecidos, não sem merecê-lo, como servos do Sumo Pontífice, o Papa, e dos demais bispos que receberam, por legítima sucessão, o posto e a dignidade dos Apóstolos. Para que as pessoas possam ser ajudadas através de todas estas coisas, a Companhia as aceita, de modo que em humildade e pobreza possa praticá-las.

[2ª parte]⁶⁴

A Companhia se assemelha ao grupo dos apóstolos, discípulos e diáconos. Chamados, em primeiro lugar deixam tudo, ainda que não perfeitamente; mas exprimem a vontade de distribuir as suas coisas, onde Cristo desejar: este é o estado dos noviços e escolásticos.

Sejam ensinados a orar, retirem-se para a oração: estes são os nossos exercícios e primeiras experiências. Curem os enfermos: esta é a segunda, quando os Nossos servem nos hospitais. Peregrinem: esta é a terceira. Comprem e preparem alimentos: que é a quarta provação. Ensinem os rudimentos da fé e ajudem o próximo, cada um segundo sua capacidade: que são a quinta e a sexta provações. Por Cristo sejam instruídos no evangelho, sem dúvida cotidianamente: que é o estado dos escolásticos.

⁶⁴ Semelhantes pensamentos de Nadal podem ser lidos em M. NICOLAU (org.), *Pláticas espirituales del P. Jerónimo Nadal*, op. cit., pp. 79-81.

Ademais, não já em provação, mas os que foram já provados e confirmados, sejam enviados ao mundo todo, para pregar a toda criatura; que é o estado dos professores e coadjutores espirituais. Estes representam os discípulos e párocos, aos quais é lícito semear Igrejas; aqueles representam os apóstolos e bispos, aos quais não era lícito, e continua a não sê-lo, semear Igrejas. Portanto, os coadjutores têm votos simples, e os professores, solenes.

Os coadjutores temporais representam os diáconos, os quais evidentemente serviam as mesas, para que os apóstolos pudessem estar atentos à oração e ao ministério da Palavra.

Certamente antes foram chamados os apóstolos, e em seguida, os discípulos e diáconos; do mesmo modo, na Companhia, primeiramente os professores, e em seguida, são agregados ambos os coadjutores [espirituais e temporais].

Sandro dos Santos Gomes, SJ, é bacharel em Filosofia e Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte, e Mestrando em Ciências Sociais na PUC-RIO.

Endereço: Rua Marquês de São Vicente, 389 — Gávea
2511-4111 *Rio de Janeiro* – RJ
e-mail: sandrosj@yahoo.com